

Prova escrita objetiva – Nível Médio

Fiscal de Serviços Públicos

TIPO 3 – AMARELA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de provas contendo **50** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **cento e vinte minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **02/12/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pmf.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **03/12/2014** até as 23h59 do dia **04/12/2014**, observado o horário oficial da cidade de Florianópolis/SC, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pmf, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – QUASE HUMANOS

Superinteressante, edição 267-A

Nós, seres humanos, vivemos em sociedade. E, por definição de sociedade, cada um de nós coopera para a manutenção de uma mínima harmonia, sem a qual nossa espécie não sobreviveria. Não se trata de idealismo: vontades que nos poderiam colocar uns contra os outros são freadas por um estranho dispositivo: a empatia. Ela é a capacidade de nos colocarmos no lugar do próximo e nos sensibilizarmos com o sofrimento a que nossos atos possam levá-lo. Deixamos de prejudicar os outros, pois isso mesmo nos levaria a sofrer. E fazemos o bem, pois isso nos dá prazer.

Mas uma minoria da humanidade sobreviveu à evolução aleijada da empatia. São os psicopatas.

Eles são algo diferente dos humanos, embora dotados da mesma racionalidade que nos define como espécie. São seres mutilados da emoção e, por isso, incapazes de sentir pelos outros. Isso os levou a assumir o papel representado na ecologia por parasitas e predadores.

1

A primeira frase do texto 1 mostra: “Nós, seres humanos, vivemos em sociedade”. Sobre esse segmento a única afirmativa correta é:

- (A) as vírgulas destacam o termo “seres humanos” por se tratar de um vocativo;
- (B) o termo “seres humanos” é uma identificação indispensável do pronome “nós”;
- (C) o enunciador do texto não se inclui na abrangência do pronome “nós”;
- (D) o termo “em sociedade” indica o lugar onde vivem os seres humanos;
- (E) a forma verbal “vivemos” está em concordância com o sujeito “seres humanos”.

2

O título do texto 1 – *quase humanos* – se refere aos psicopatas porque tais indivíduos:

- (A) demonstram crueldade com os demais;
- (B) não possuem a racionalidade dos seres humanos;
- (C) são seres destituídos de empatia;
- (D) atuam como parasitas e predadores;
- (E) não cooperam para a sobrevivência da espécie.

3

“Não se trata de idealismo: vontades que poderiam nos colocar uns contra os outros são freadas por um estranho dispositivo”; nesse segmento do texto 1, os dois pontos poderiam ser adequadamente substituídos pela conjunção:

- (A) pois;
- (B) portanto;
- (C) mas;
- (D) no entanto;
- (E) visto que.

4

“vontades que nos poderiam colocar uns contra os outros são freadas por um estranho dispositivo”; se colocada na voz ativa, a forma correta dessa frase seria:

- (A) um estranho dispositivo freia vontades que nos poderiam colocar uns contra os outros;
- (B) um estranho dispositivo frea vontades que poderiam colocar-nos uns contra os outros;
- (C) vontades freariam o estranho dispositivo que poderia colocar-nos uns contra os outros;
- (D) vontades fream o estranho dispositivo que nos poderia colocar uns contra os outros;
- (E) um estranho dispositivo frearia vontades que nos poderiam colocar uns contra os outros.

5

“Ela é a capacidade de nos colocarmos no lugar do próximo e nos sensibilizarmos com o sofrimento a que nossos atos possam levá-lo.”

No início da última oração, o texto empregou corretamente a preposição “a” antes do pronome relativo, pois assim o exigia a regência do verbo “levar”. Mantendo-se a mesma estrutura, a frase abaixo em que a preposição está corretamente empregada é:

- (A) com que nossos atos possam livrar;
- (B) de que nossos atos possam ajudar;
- (C) a que nossos atos possam manter;
- (D) com que nossos atos possam informar;
- (E) contra que nossos atos possam chocar-se.

6

“cada um de nós coopera para a manutenção de uma mínima harmonia”; se modificarmos o substantivo sublinhado para uma forma desenvolvida de oração, a forma adequada será:

- (A) para manter-se uma mínima harmonia;
- (B) para que se mantenha uma mínima harmonia;
- (C) para que se mantivesse uma mínima harmonia;
- (D) para que se mantesse uma mínima harmonia;
- (E) para que se mantinha uma mínima harmonia.

7

“Deixamos de prejudicar os outros, pois isso mesmo nos levaria a sofrer. E fazemos o bem, pois isso nos dá prazer”.

Para que esses dois períodos estivessem em paralelismo, a solução mais adequada seria:

- (A) substituir “fazemos o bem” por “procuramos fazer o bem”;
- (B) substituir “deixamos de prejudicar” por “fazemos o mal”;
- (C) substituir “levaria a sofrer” por “leva a sofrer”;
- (D) substituir “nos dá prazer” por “nos dar prazer”;
- (E) substituir “prejudicar” por “causar prejuízo”.

8

Ao dizer que os psicopatas assumem o papel de parasitas e predadores, o autor do texto 1 apelou para uma figura de linguagem denominada:

- (A) metonímia;
- (B) pleonasma;
- (C) anacoluto;
- (D) eufemismo;
- (E) metáfora.

TEXTO 2

Um neurologista, Ricardo Oliveira-Souza, emitiu a seguinte opinião, em artigo recente: “Ninguém é totalmente livre de uma atitude psicopata aqui, outra acolá. Se você às vezes mente para levar vantagem, ou se um dia resolveu não ajudar uma senhorinha a atravessar a rua, vá lá. Deve ser só um pouquinho psicopata. O problema acontece quando essas atitudes se tornam um padrão recorrente.”

9

Sobre a linguagem empregada nesse fragmento de texto, podemos constatar nela:

- (A) predominância de absoluta formalidade;
- (B) marcas claras do jargão médico;
- (C) traços de gíria informal;
- (D) sinais de oralidade;
- (E) exibição de elementos eruditos.

10

“Se você às vezes mente para levar vantagem, ou se um dia resolveu não ajudar uma senhorinha a atravessar a rua, vá lá.”

A expressão “vá lá” tem o valor de:

- (A) revolta;
- (B) ironia;
- (C) crítica;
- (D) conformismo;
- (E) dúvida.

11

De acordo com o texto 2, a afirmativa INCOERENTE com as palavras do neurologista é:

- (A) todos somos psicopatas de alguma forma;
- (B) ser psicopata é uma questão de grau;
- (C) ninguém deixa de tomar alguma atitude psicopata;
- (D) a psicopatia também se manifesta pelo egoísmo;
- (E) o ser humano sempre pende para o lado psicopata.

12

“Se você às vezes mente para levar vantagem”; a reescritura adequada desse segmento do texto 2, desenvolvendo-se a oração reduzida, é:

- (A) Se você às vezes mente para que leve vantagem;
- (B) Se você às vezes mente a fim de levar vantagem;
- (C) Se você às vezes mente para que levasse vantagem;
- (D) Se você às vezes mente a fim de que levasse vantagem;
- (E) Se você às vezes mente para quando levar vantagem.

TEXTO 3 – SEM PENA NEM PERDÃO

Maurício Horta

No primeiro contato ele é o espelho que completa as nossas fraquezas. Boas credenciais, símbolos de status, carisma, histórias fascinantes e talento para identificar e preencher nossas carências.

Ele conquista nossa confiança como amigo, parceiro sexual, colega de trabalho, médico, consultor financeiro. Até que caia sua máscara de normalidade e ele mostre que, ao contrário de sua encenação, não sente remorso nem vergonha ao agir de forma imoral. É indiferente ao bem-estar alheio e, sem freios morais, é capaz de pôr em prática qualquer plano para atingir seus desejos.

13

A afirmação correta sobre os elementos do título dado ao texto 3 é:

- (A) revelam os sentimentos do enunciador do texto;
- (B) indicam os castigos merecidos pelos psicopatas;
- (C) mostram sentimentos do próprio psicopata;
- (D) apontam para as penalidades merecidas pelo psicopata;
- (E) ensinam os caminhos legais para os psicopatas.

14

“para identificar e preencher nossas carências”; nesse segmento do texto 3 o autor empregou corretamente dois verbos de mesma regência. A frase abaixo que está mal construída em razão de os dois verbos terem regência distinta é:

- (A) para comunicar e avisar aos demais;
- (B) para necessitar e gastar dinheiro;
- (C) para observar e contemplar algumas paisagens;
- (D) para gostar e precisar de nossas qualidades;
- (E) para deslocar-se e ir a vários lugares.

15

“Ele conquista nossa confiança como amigo, parceiro sexual, colega de trabalho, médico, consultor financeiro.”

Fazer uma enumeração sem a conjunção E entre os últimos dois termos faz com que a enumeração:

- (A) indique todos os elementos possíveis;
- (B) mostre apenas os elementos importantes;
- (C) selecione apenas alguns elementos;
- (D) destaque elementos em ordem de importância;
- (E) separe elementos de campos distintos.

TEXTO 4 – POR QUE SÃO ASSIM?

Mariana Sgarioni

Daniel Blair tem 4 aninhos e achou que seu cachorrinho de apenas uma semana de vida estava muito sujo. O melhor jeito encontrado para um banho rápido foi atirar o animal na água do vaso sanitário – e dar descarga. Por sorte, a mãe descobriu a tempo, e bombeiros resgataram o animalzinho ainda vivo no esgoto. O caso aconteceu no início de junho, na Inglaterra, e chamou a atenção das câmeras do mundo inteiro. Muitos perguntaram: será que Daniel seria um psicopata divertindo-se com o sofrimento do bicho?

Provavelmente não. Nesses casos, o que pode existir é o transtorno de conduta – comportamento que viola regras sociais importantes.

16

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) informativo, já que traz informações sobre um fato real ocorrido;
- (B) dissertativo-argumentativo, pois inclui-se no debate científico sobre os psicopatas;
- (C) descritivo, porque acumula qualidades e características do temperamento psicopata;
- (D) dissertativo-expositivo, visto que simplesmente traz um fato ao conhecimento do público, sem discuti-lo;
- (E) narrativo, uma vez que apresenta uma série de ações em sequência cronológica.

17

A palavra do texto 4 que apresenta um processo de formação diferente dos demais é:

- (A) cachorrinho;
- (B) descarga;
- (C) bombeiro;
- (D) sofrimento;
- (E) sanitário.

18

“Nesses casos, o que pode existir é um transtorno de conduta”; esse segmento do texto 4 apresenta:

- (A) duas orações, sendo uma subordinada;
- (B) três orações, sendo uma reduzida;
- (C) quatro orações, sendo uma coordenada;
- (D) uma só oração, sendo absoluta;
- (E) três orações, sendo uma coordenada.

19

Nos textos desta prova há exemplos de diminutivos; o exemplo que possui um valor semântico diferente dos demais é:

- (A) “achou que seu cachorrinho de apenas uma semana de vida” (texto 4);
- (B) “bombeiros resgataram o animalzinho ainda vivo” (texto 4);
- (C) “Deve ser só um pouquinho psicopata” (texto 2);
- (D) “resolveu não ajudar uma senhorinha a atravessar a rua” (texto 2);
- (E) “Daniel Blair tem 4 aninhos”(texto 4).

20

O texto 4 apresenta, ao seu final, uma articulação de pergunta e resposta. Sobre os componentes dessa estratégia, assinale a afirmativa correta:

- (A) a pergunta e a resposta foram formuladas pelo enunciador do texto;
- (B) a resposta não apresenta qualquer coerência em relação à pergunta formulada;
- (C) a pergunta corresponde mais a uma formulação recriada pelo enunciador, já que foi feita por “muitos”;
- (D) a resposta foi dada por uma voz fora do texto;
- (E) a pergunta não foi, de fato, respondida, mas sim, evitada.

Noções de Informática

21

Uma ocorrência não muito rara no Windows 7 é o aplicativo que “congela”, e passa a não responder estímulos do mouse ou do teclado. O utilitário mais adequado para interromper um aplicativo nessas condições é:

- (A) Informações do Sistema;
- (B) Painel de Controle;
- (C) Restauração do Sistema;
- (D) Gerenciador de Tarefas;
- (E) Ferramenta de Captura.

22

Com referência ao MS Excel 2010, a fórmula que está incorretamente escrita é:

- (A) =SOMA ((B2+C3) /A1)
- (B) = ((B2+C3) /A1) -D2)
- (C) =SOMA (B2)
- (D) = (B2+C4-X2) /B2/B2
- (E) =\$Y2+Y\$2/MÉDIA (B2 : B10)

23

Com referência ao MS Word 2010, considere um documento com uma tabela com três linhas e três colunas. Sabendo-se que o cursor está localizado na terceira coluna da terceira linha, ao ser digitada a tecla Tab, o cursor:

- (A) é movido para a primeira coluna da primeira linha;
- (B) permanece na terceira coluna da terceira linha;
- (C) é movido para a primeira coluna da terceira linha;
- (D) é movido para a primeira coluna de uma nova linha inserida no final da tabela;
- (E) é movido para a terceira coluna da segunda linha.

24

Numa busca com o Google, o botão “Estou com sorte” faz com que:

- (A) a busca que você solicita concentre-se apenas sobre o resultado de uma busca anterior, de modo a refiná-lo;
- (B) a busca que você solicita adicione novas páginas àquelas que você já obteve na busca anterior;
- (C) a primeira página que o Google devolveu torne-se a página de inicialização (default) do navegador;
- (D) você seja automaticamente direcionado para a primeira página que o Google encontrou para sua pesquisa;
- (E) a busca que você realizou produziu ótimos resultados e o Google vai salvar e levar em conta essa informação nas suas próximas buscas.

25

Observe as seguintes extensões de arquivo utilizadas no Windows:

.xlsx
.docx
.txt
.html

Essas extensões representam, na ordem, padrões para arquivos dos tipos:

- (A) Planilhas, Documentos, Arquivo de texto, Páginas WEB;
- (B) Planilhas, Arquivos PDF, Arquivo de texto, Páginas WEB;
- (C) Imagens, Arquivos PDF, Arquivos rich text, Documentos;
- (D) Vídeos, Arquivos PDF, Documentos; Arquivos rich text;
- (E) Vídeos, Arquivos texto, Páginas WEB, Documentos.

Legislação Institucional

26

Em relação aos Poderes Municipais e seus integrantes, a Lei Orgânica de Florianópolis estabelece que:

- (A) o Poder Executivo Municipal é integrado pelo Prefeito, que o chefia, com auxílio dos Vereadores;
- (B) o Poder Judiciário Municipal é exercido pelos Juízes de Direito, Promotores de Justiça e Defensores Públicos;
- (C) os Vereadores são invioláveis, no exercício de seus mandatos e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos;
- (D) a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Poder Executivo municipal é exercida pela Câmara Municipal mediante controle interno;
- (E) o Tribunal de Contas Municipal é órgão do Poder Executivo e exerce o controle interno das contas públicas.

27

De acordo com o texto constitucional, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- (A) adquirem a estabilidade após três anos de efetivo exercício;
- (B) somente podem perder o cargo após sindicância sumária ou processo administrativo disciplinar;
- (C) são vitaliciados após dois anos de efetivo exercício, após aprovação em avaliação especial de desempenho;
- (D) são reintegrados a cargo superior, a cada três anos de efetivo exercício;
- (E) são promovidos, alternadamente por antiguidade e merecimento, a cada cinco anos.

28

Maria, servidora pública municipal de Florianópolis, adotou uma criança de 02 (dois) anos de idade. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis, mediante apresentação de documentos comprobatórios do procedimento de adoção, Maria:

- (A) não terá direito à licença, em qualquer hipótese;
- (B) terá direito à licença apenas se a criança estiver doente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- (C) terá direito à licença por 60 (sessenta) dias;
- (D) terá direito à licença por 90 (noventa) dias;
- (E) terá direito à licença por 120 (cento e vinte) dias.

29

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis, a pena disciplinar de demissão é aplicada no seguinte caso:

- (A) ofensa moral contra pessoa no recinto da administração;
- (B) ausência do serviço durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata;
- (C) coação ou aliciamento de subordinado com o intuito de que se filie à associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- (D) dilapidação do patrimônio municipal;
- (E) proceder de forma desidiosa ou com falta de decoro, no ambiente de trabalho.

30

A Lei Orgânica de Florianópolis dispõe que compete ao Município prover o que é de interesse local e do bem-estar de sua população como, dentre outras, a seguinte atribuição:

- (A) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- (B) elaborar e executar o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- (C) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;
- (D) executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- (E) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

Conhecimentos específicos

31

Na clássica comparação do doutrinador de Direito Administrativo Hely Lopes Meirelles, enquanto os indivíduos no campo privado podem fazer tudo o que a lei não veda, o administrador público só pode atuar onde a lei autoriza. Tal afirmativa está relacionada diretamente ao princípio administrativo expresso do Art. 37, *caput*, da Constituição da República chamado princípio da:

- (A) igualdade;
- (B) impessoalidade;
- (C) moralidade;
- (D) legalidade;
- (E) eficiência.

32

Nem sempre, as leis editadas pelo Poder Legislativo podem ser, de plano, executadas. Assim, cabe à Administração criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis a sua efetiva aplicabilidade. Nesse contexto, o poder administrativo que autoriza o Prefeito Municipal a editar um decreto ou regulamento é o poder:

- (A) discricionário;
- (B) vinculado;
- (C) regulamentar;
- (D) hierárquico;
- (E) disciplinar.

33

O professor José dos Santos Carvalho Filho conceitua processo administrativo como o instrumento que formaliza a sequência ordenada de atos e de atividades do Estado e dos particulares, a fim de ser produzida uma vontade final da Administração. Nesse contexto, aplica-se aos processos administrativos o princípio segundo o qual:

- (A) ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal, devendo ser respeitadas as normas legais que regulam o processo administrativo;
- (B) aos litigantes são assegurados o contraditório e ampla defesa, com limitação estabelecida em cada caso pelo Administrador aos meios e recursos a ela inerentes, pela supremacia do interesse público;
- (C) é assegurada a licitude da prova, pois são admissíveis, no processo administrativo, as provas obtidas por meios ilícitos, para prestigiar a verdade real;
- (D) exige-se a publicidade de todas as decisões administrativas, não sendo possível qualquer restrição por sigilo legal;
- (E) é assegurada, mediante prévio pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

34

Sobre os autos de infração, o Código de Postura de Florianópolis estabelece que:

- (A) conterão, alternativamente, ou a indicação do dispositivo legal violado, ou relato circunstanciado do fato constitutivo da infração;
- (B) o infrator terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar sua defesa, sob pena de revelia;
- (C) são autoridades competentes para lavrá-los, os fiscais municipais;
- (D) das multas impostas pelos fiscais municipais, poderá ser interposto recurso ao Secretário Municipal;
- (E) os fiscais municipais são competentes para decidir sobre sua validade e arbitrar o valor da multa.

35

Em matéria de ingresso no serviço público, a Constituição da República de 1988 estabelece que:

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei;
- (B) as funções de confiança e os cargos em comissão são exercidos apenas por servidores não concursados e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (C) as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração recaem exclusivamente sobre servidores concursados;
- (D) é vedada, em qualquer caso, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- (E) as funções de confiança e os cargos em comissão são exercidos por servidores concursados ou não, a critério da autoridade nomeante, e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

36

Tício, Vereador Presidente da Câmara Municipal, em conluio com o sócio administrador da sociedade empresária Mutretas Muitas Ltda, dispensou indevidamente processo licitatório, com o intuito de favorecer seu amigo João, fato que causou dano ao erário. De acordo com o ordenamento jurídico, a condenação de Tício por improbidade administrativa:

- (A) tem por sanção a aplicação de pena privativa de liberdade;
- (B) deve ser decretada pelo Tribunal de Justiça, pois Tício possui foro especial por prerrogativa de função;
- (C) importa a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário;
- (D) ocorre após regular processo administrativo disciplinar, respeitados o contraditório e ampla defesa;
- (E) é decretada após regular processo criminal e tem como sanções o ressarcimento ao erário, cassação dos direitos políticos e pena privativa de liberdade.

37

Inserto no Título VIII, do Código Penal “Dos crimes contra a incolumidade pública”, é exemplo de “crime de perigo comum”, previsto no Capítulo I do mesmo código:

- (A) expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado;
- (B) obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento;
- (C) falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro;
- (D) praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público;
- (E) fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.

38

De acordo com a Lei Complementar de Florianópolis nº 142/04, que dispõe sobre a limpeza de terrenos baldios, os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona urbana ou de expansão urbana do Município são obrigados a conservá-los e mantê-los limpos, eliminando o acúmulo de mato, detritos, águas estagnadas, bem como de quaisquer outros dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública. No caso de não cumprimento de tais obrigações, caberá à autoridade competente, sucessivamente: I - Intimar o infrator para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cumprir o seu dever; II - Autuar o infrator com multa administrativa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada período de 15 (quinze) dias, sucessivamente; e III - :

- (A) Dobrar o valor da multa, que será aplicada por até 01 (um) ano e, caso não seja paga, inscrever o débito em dívida ativa municipal;
- (B) Determinar a interdição do imóvel, que não poderá ser utilizado para qualquer atividade residencial ou comercial, sem prejuízo da multa administrativa;
- (C) Triplicar o valor da multa, que será renovada a cada período de 15 (quinze) dias até que atinja o valor venal do imóvel, que será adjudicado ao Município;
- (D) Providenciar a execução dos serviços necessários à limpeza do imóvel, cobradas do infrator as respectivas despesas, de acordo com tabela prevista na lei;
- (E) Desapropriar o imóvel, com pagamento de indenização proporcional a seu valor venal subtraído as despesas para a limpeza e adequação do terreno.

39

O ato administrativo discricionário, em regra, pode ser revogado:

- (A) pela própria Administração, por motivo de conveniência e oportunidade, observado o interesse público;
- (B) pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, por motivo de conveniência e oportunidade, observado o interesse público;
- (C) pela própria Administração, por vício de legalidade;
- (D) pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, por vício de legalidade;
- (E) pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, por motivo de conveniência e oportunidade, ou por vício de legalidade, sempre observado o interesse público.

40

Em tema de serviços públicos, a Constituição da República de 1988 estabelece que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

- (A) o princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual o prestador do serviço público não poderá, em hipótese alguma, suspender o serviço, sob pena de perdas e danos;
- (B) a modicidade das tarifas, que devem ser calculadas de acordo com o efetivo custo para implantação, manutenção e prestação do serviço público, vedada qualquer margem de lucro;
- (C) os mecanismos de avaliação e controle da qualidade dos serviços públicos, a serem implantados internamente pelo prestador do serviço e externamente pelas agências reguladoras, que possuem competência jurisdicional sobre o tema;
- (D) os meios de fiscalização da regularidade na prestação dos serviços públicos, de maneira a estabelecer participação popular na aplicação de sanções aos prestadores de serviços considerados insatisfatórios;
- (E) as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.

41

Em tema de controle da Administração Pública no Município de Florianópolis, é correto afirmar que:

- (A) o Tribunal de Contas municipal, vinculado ao Poder Legislativo, exerce o controle externo do Poder Executivo, por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- (B) o Tribunal de Contas municipal, vinculado ao Poder Executivo, exerce o controle interno, por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- (C) o controle externo do Poder Executivo é feito pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
- (D) o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas municipais só deixará de prevalecer por decisão da maioria dos membros da Câmara Municipal;
- (E) os Poderes Executivo e Legislativo municipais possuem seus respectivos sistemas de controle interno, sem prejuízo do controle externo, exercido pelo Poder Judiciário municipal.

42

Administração Indireta é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada. De acordo com a doutrina clássica e com o Decreto-lei nº 200/1967, integram a Administração Indireta as seguintes pessoas jurídicas:

- (A) ministérios, secretarias e departamentos públicos;
- (B) autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas;
- (C) organizações não governamentais, fundações públicas, autarquias e empresas públicas;
- (D) concessionárias e permissionárias de serviços públicos, autarquias e empresas públicas;
- (E) ministérios, secretarias, órgãos e empresas públicas.

43

Município delegou a terceiro, mediante licitação na modalidade concorrência, a prestação do serviço de transporte público municipal. Ocorre que, logo no início da prestação do serviço, o Município recebeu reclamações no sentido de que a sociedade empresária não respeitava os horários de partida e as gratuidades legais, apresentava frota de ônibus sucateados, trafegava com coletivos lotados, além de outras irregularidades. Ao exercer a fiscalização, verificou o Município que a concessionária vinha prestando o serviço de forma inadequada e deficiente, tendo por base as normas definidoras da qualidade do serviço, além de descumprir cláusulas contratuais e disposições legais. Diante de tais fatos, após regular processo administrativo, o poder concedente extinguiu a concessão por:

- (A) encampação;
- (B) caducidade;
- (C) rescisão;
- (D) anulação;
- (E) revogação.

44

A Constituição da República de 1988 prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributo em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Trata-se do seguinte tributo:

- (A) imposto;
- (B) tarifa;
- (C) taxa;
- (D) contribuição de melhoria;
- (E) multa.

45

Francisco possui imóvel localizado em zona urbana e resolveu transformar seu quintal em um canil, para receber cachorros abandonados. Por ter recebido diversas reclamações, a fiscalização municipal realizou vistoria no local, verificando a existência de centenas de animais em condições inadequadas, com grave risco à saúde pública e ao meio ambiente. Após regular processo administrativo, o Município expediu notificação ao proprietário, determinando a remoção dos animais, enquanto não forem obtidas todas as licenças e autorizações legais necessárias. A conduta do Município está:

- (A) errada, pois houve flagrante abuso de poder por parte da municipalidade, eis que os animais também integram o meio ambiente e são protegidos por lei;
- (B) errada, pois houve flagrante abuso de poder por parte da municipalidade, por ofensa ao direito de propriedade;
- (C) correta, pois o Município possui prerrogativa de limitar o direito de propriedade, em razão de seu poder de polícia, independentemente do atendimento ao interesse público;
- (D) correta, pois o Município agiu no regular exercício de seu poder de polícia, diante da supremacia do interesse público sobre o privado;
- (E) correta, desde que o Município tenha recorrido previamente ao Poder Judiciário para poder limitar o uso da propriedade privada.

46

Antônio, motorista de ônibus da empresa concessionária de transporte público municipal, conduzia o coletivo e, ao mesmo tempo, conversava com uma bonita jovem, em flagrante investida romântica. Em razão da distração, Antônio não percebeu que se aproximava um perigoso cruzamento e foi obrigado a frear bruscamente o ônibus, causando um tombo na passageira idosa Dona Gertrudes, que quebrou o fêmur e ficou hospitalizada por três meses. Após receber alta, Dona Gertrudes foi à Defensoria Pública buscar auxílio para ajuizar ação indenizatória, ocasião em que foi informada de que se aplica ao caso a responsabilidade civil:

- (A) objetiva da concessionária de serviço público;
- (B) objetiva e direta do Município, na qualidade de poder concedente do serviço público;
- (C) subjetiva da concessionária de serviço público;
- (D) subjetiva e direta do Município, na qualidade de poder concedente do serviço público;
- (E) subjetiva e solidária da concessionária de serviço público e do Município.

47

De acordo com o Código Civil, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- (A) os menores de dezesseis anos;
- (B) os que, por enfermidade, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- (C) os que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- (D) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- (E) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

48

Consoante dispõe a Lei Complementar nº 422/2012 de Florianópolis, a colocação de anúncios publicitários:

- (A) é permitida em imóveis públicos, mediante prévia obtenção de licença para sua instalação e exibição, bem como em imóveis privados, independentemente de prévia licença;
- (B) é permitida em imóveis públicos (mediante licitação) e privados, devendo a pessoa jurídica obter previamente a licença para a instalação e exibição de tais anúncios;
- (C) somente é permitida em imóveis privados, devendo a pessoa jurídica obter previamente a licença para a instalação e exibição de tais anúncios;
- (D) somente é permitida em imóveis não edificadas, públicos ou privados, devendo a pessoa jurídica obter previamente a licença para a instalação e exibição de tais anúncios;
- (E) é permitida em imóveis públicos e privados, mediante prévia licitação, que supre a necessidade de obtenção de licença para sua instalação e exibição.

49

De acordo com a Lei Municipal nº 2.496/86, que dispõe sobre a regulamentação do comércio ambulante em Florianópolis, o comerciante deverá:

- (A) estacionar em qualquer vaga existente em via pública, independentemente do local que consta em seu alvará;
- (B) vender as mercadorias autorizadas em seu alvará, podendo incluir ramo diverso daquele para o qual foi concedido alvará, desde que o produto seja autorizado pela vigilância sanitária;
- (C) conservar limpa a área em torno do seu ponto de estacionamento, mantendo recipiente apropriado para acolhimento de lixo e detritos provenientes de seu comércio;
- (D) deixar guarnecer em via pública todo equipamento usado em seu comércio, logo após o período de funcionamento, adotando por conta própria medidas visando à segurança e preservação de seus bens;
- (E) apresentar-se ao trabalho em regular condição de higiene e devidamente uniformizado, vestindo colete próprio e portando crachá com sua identidade.

50

De acordo com o texto constitucional, em matéria de disposições gerais da Administração Pública, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos:

- (A) somente pode ser realizada por meio de veiculação, pela imprensa oficial, de informações de caráter educativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que verdadeira a publicidade;
- (B) deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- (C) tem natureza informativa, visando ao controle social das atividades desempenhadas pelos Administradores, podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, pelo princípio da transparência;
- (D) deve ter caráter informativo, eleitoral ou de orientação social, dela não podendo constar informações que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- (E) pode ser feita apenas em ano eleitoral e possui caráter educativo, político ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Realização

